



RESEARCH ARTICLE

OPEN ACCESS

## CORPOREIDADES INSURGENTES: DECOLONIZANDO CORPOS E "DEFICIÊNCIAS"

Rui Gonçalves da Luz Neto\*<sup>1</sup>, Anna Karla Leal Cavalcanti de Vasconcelos<sup>2</sup>, Gerbson da Silva Lima<sup>3</sup>, Lais Lavínia Cruz Soares<sup>4</sup>, Caio César da Paz Santos<sup>5</sup>, Túlio Luiz Santos Pereira Henriques<sup>6</sup> and Jailton Bezerra Melo<sup>7</sup>

<sup>1</sup>Psicólogo, Doutorando em Psicologia Clínica na Universidade Católica de Pernambuco (Unicap), Mestre em Hebiatria - Determinantes da Saúde do Adolescente (UPE); <sup>2</sup>Psicóloga, Mestranda em Hebiatria - Determinantes da Saúde do Adolescente (UPE); <sup>3</sup>Assistente Social, Mestrando em Hebiatria- Determinantes da Saúde do Adolescente (UPE); <sup>4</sup>Dentista, Mestre e Doutorando em Hebiatria - Determinantes da Saúde do Adolescente (UPE); <sup>5</sup>Psicólogo, Mestre em Psicologia Clínica pela Universidade Católica de Pernambuco (Unicap); <sup>6</sup>Psicólogo, Doutorando e Mestre em Psicologia Clínica na Universidade Católica de Pernambuco (Unicap); <sup>7</sup>Psicólogo, Doutor em Psicologia pela Universidade de São Paulo (USP)

### ARTICLE INFO

#### Article History:

Received 21<sup>st</sup> June, 2022  
Received in revised form  
19<sup>th</sup> July, 2022  
Accepted 29<sup>th</sup> July, 2022  
Published online 30<sup>th</sup> August, 2022

#### Key Words:

Capacitismo, Corpo, Deficiências, Teoria Crip.

#### \*Corresponding author:

Rui Gonçalves da Luz Neto

### ABSTRACT

Neste escrito temos como objetivo discutir como as relações de poder atuam sobre o corpo para entendê-lo, controlá-lo, discipliná-lo e colonizá-lo, refletindo sobre o mecanismo de estabelecimento de quais corpos são importantes-perfeitos e quais são abjetos-deficientes. Tal empreendimento servirá para evidenciar como a noção de corpo é passível de crítica, sobretudo, dentro do pensamento imperialista. Lançamos um olhar para a insurgência do "corpo deficiente", questionando lugares, ideias e noções. Atravessados pela decolonialidade, trazemos um diálogo entre a teoria crip, os disability studies e, sobretudo, questionando a hegemonia de corpos-capazes. Assim, tecemos sobre os "produtos do pensamento colonial" que naturaliza os binômios normal/anormal, capaz/incapaz como noções hegemônicas.

Copyright © 2022, Rui Gonçalves da Luz Neto et al. This is an open access article distributed under the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

Citation: Rui Gonçalves da Luz Neto, Anna Karla Leal Cavalcanti de Vasconcelos, Gerbson da Silva Lima et al. 2022. "Corporeidades insurgentes: decolonizando corpos e "Deficiências"", *International Journal of Development Research*, 12, (08), 58334-58338.

## INTRODUCTION

Meu corpo é o contrário de uma utopia, é o que jamais se encontra sob outro céu, lugar absoluto, pequeno fragmento de espaço com o qual, no sentido estrito faço corpo. Meu corpo é o lugar sem recurso ao qual estou condenado (FOUCAULT, 1984).

Nessa tecitura, entrelaçada epistemologicamente a partir dos estudos sobre a "deficiência", as teorias feministas e de gênero, o corpo assume um lugar de resistência e de resignificação. No tear desse ensaio, encontramos-o não apenas no seu caráter bio-fisiológico - próprio das ciências naturais, mas, sobretudo, do revestimento histórico e sociocultural que o circunscreve através de um olhar de diversos saberes. Assim, para iniciarmos a reflexão retomemos a etimologia da palavra corpo. O vocábulo vem do latim *corpūs*, que significa "substância, matéria".

Mas o nosso corpo seria apenas a nossa substância? Essa noção de corpo abarcaria o que a nossa compreensão permite alcançar? Le Breton (2007) aponta o corpo como nosso vetor de relação com o mundo à nossa volta. É, para ele, o nosso maior instrumento de expressão. A nossa existência é, portanto, corporal. Mas o nosso tecer não é apenas sobre corpos - e isso já seria bastante ousado. A nossa (des) construção nasce de inquietações que vão além. Lancemos o olhar sob corpos diversos, desconsiderados, a partir da lógica imperialista "normalizadora", em seus direitos de ser e existir. Então, o nosso tecer é sobre corpo-diferente, corpo-deficiente. Voltemos também para a origem da palavra deficiência. Do latim *deficientia*, *ae*, que significa "falta, enfraquecimento". No dicionário de língua portuguesa Michaelis, o substantivo feminino é apresentado como "falta de algo de que se necessita" (MICHAELIS, 2021). Mas, em se tratando de corpo-diversos, de que necessidade eles estão falando? Dos entes que experimentam a "deficiência" enquanto condição de ser e existir ou da visão social que é afetada a partir da quebra do ideal normalizador? Tal pensamento já foi questionado por Douglas (1973).

Segundo o autor, "a experiência física do corpo, sempre modificada pelas categorias sociais porque é conhecido, suporta uma visão individual da sociedade" (DOUGLAS, 1973, p.93, tradução nossa). Para Foucault (2001, p.69), o corpo diferente tornou-se o corpo monstruoso, constituindo sua existência "não apenas uma violação das leis da sociedade, mas também uma violação das leis da natureza". Entrelaçando ideias e noções sobre esse corporar, as "deficiências" e as relações de poder, opressão e violação de direitos humanos tão hegemônicas de nosso modelo de sociedade, convidamos você a abandonar a palavra "deficiência" nas próximas páginas. A partir daqui, trilharemos não considerando a falta algo a alguém, mas compreendendo essa experiência como manifestação da diversidade humana.

**Um corpo histórico, complexo e plural:** Pensar o corpo a partir de um olhar histórico-científico é refletir sobre a própria limitação da ciência moderna, que ao longo dos séculos, procurou se debruçar sobre o corpo e suas vicissitudes, mas que pouco avançou para além do binômio corpo-mente, tecido desde a Grécia antiga. Para se debruçar sobre as potencialidades do corpo, é necessário considerar as importantes contribuições do pensamento psicanalítico para o entendimento dos fenômenos corporais. Apesar de não encontrar na psicanálise a pretensão de conceituar o corpo, é a partir de discussões sobre suas mais diversas manifestações que este saber ganha maior notoriedade no campo científico. A psicanálise nasce e se consolida a partir do cuidado e da compreensão de patologias corporais desde a sua fundação, quando pacientes começam a apresentar fenômenos corporais até então sem explicação. Naquela ocasião, tais fenômenos não apresentavam justificativas orgânicas que se encontrassem no corpo, levantando questões significativas sobre uma perspectiva estritamente biológica do corpo. Desse modo, contrapondo-se a perspectiva dualista vigente na época, até então baseada unicamente em um discurso científico tradicional e no campo médico, a psicanálise propõe uma reflexão sobre o corpo que vem a romper com uma perspectiva dualista que estabelece uma cisão entre corpo e mente. Nessa direção, inaugura-se uma visão que está para além de uma dimensão biológica do corpo, pois compreende que o elemento corporal é atravessado pelo campo sexual, simbólico, permeado por linguagem (SALES; HERZOG, 2019).

Em seus escritos sobre o Ego e o Id, Freud destaca que "O Eu é sobretudo corporal" (FREUD, 1923/2011, p. 32) e, nesse sentido, reforça a necessidade de uma ampliação na compreensão de corpo que ultrapasse o seu entendimento como uma estrutura exclusivamente fisiológica. Ao mesmo tempo, reconhecendo o seu lugar na constituição do sujeito, em todos os seus aspectos e processos subjetivos. Desse modo, é possível afirmar que o corpo pode ser um dos caminhos pelos quais o sujeito se expressa para o mundo, e se apresenta a ele. Para a clínica psicanalítica, o corpo dá consistência ao sujeito, constituindo-o, formando-o, mas não reduzindo-o a sua dimensão orgânica. O corpo é, portanto, o que se diz do corpo e, ter um corpo não é se equivaler a ele, uma vez que corpo é imagem, uma construção subjetiva (COSTA; FERREIRA, 2019). Partindo, então, do pressuposto que a partir da matéria orgânica está a cultura, compreendemos que o caráter social do corpo, sendo nesse sentido, um espaço onde o contexto social, com todos os seus elementos e nuances, se inscreve, transformando-se em uma metáfora da própria cultura (JAGGAR; BORDO, 1997). A matéria biológica é, portanto, uma superfície de inscrição de acontecimentos, sendo a corporeidade o campo de forças múltiplas, convergentes e contraditórias. Refletindo sobre essa submissão da matéria orgânica, Silveira e Furlan (2003) afirmaram que o corpo é atravessado pelo poder, pela submissão do concreto pelo controle das ideias. Assim, a perspectiva psicanalítica do corpo é tripla: imaginário, simbólico e real. Imaginário porque se apresenta por meio de uma imagem, simbólico porque é atravessado pela linguagem e real, porque é aquele pertencente a uma materialidade (BRITO; CORDÁS; FERREIRA, 2018). Seguindo os passos inaugurados pela Psicanálise, outro saber Psi se constrói tendo o corpo como protagonista. A Psicossomática desenvolve arcabouço teórico próprio constituindo-se uma disciplina científica fundamentada na existência de uma unidade funcional entre corpo e mente (CASADORE; PERES, 2017). Pela

perspectiva da Psicossomática, o componente material dos indivíduos é alvo primordial das pesquisas psicológicas, considerando o enraizamento de qualquer processo psíquico na composição biológica. O corpo, então, se apresenta como um campo de exploração e indagação para as várias ciências humanas e também para as ciências naturais, constituindo-se como objeto múltiplo, complexo, aberto a uma diversidade de perspectivas e sujeito a uma ampla gama de representações (FREGONESI; ÁVILA, 2019).

**Lançando um olhar decolonial sobre o corpo:** Trilhar um caminho de reflexão sobre a corponormatividade tão marcada pelo e no imperialismo, exige um voltar-se para a própria epistemologia decolonial. Partimos da ideia de que "a colonização no âmbito do saber é produto de um longo processo de colonialidade que continua reproduzindo as lógicas econômicas, políticas, cognitivas, da existência, da relação com a natureza, etc" (BERNARDINO-COSTA; MALDONATO-TORRES; GROSFUGUEL, 2020). Mas engana-se quem pensa que o pensamento decolonial é restrito a grupos e guetos. Mesmo que sua gênese tenha acontecido a partir da resistência das populações negras e indígenas, hoje, após a intensa contribuição de Frantz Fanon (2005) compreende-se como população chave do pensamento decolonial os "condenados da terra". Tal afirmativa encontra aporte em Haesbaert (2020) que sugere o olhar decolonial como aquele que fala sobre populações invisibilizadas, grupos subalternos e suas formas de saber e conhecer. Assim, a decolonialidade é também sobre corpos-diferentes. E para pensar a corponormatividade a partir do pensamento decolonial é preciso questionar a lógica das ciências naturais moderna, fundada com o ideal do *Cogito, Ergo sum*, que reafirma o ideal de separação entre alma e corpo. Isso porque a ciência moderna se funda no viés imperialista apoiado na observação, mensuração, classificação e verificabilidade. A partir desse olhar metodológico, a corporeidade humana assume valor de mercadoria, o corpo-objeto (PRADO; CALDAS; QUEIROZ, 2012). Esse ideal mercantilista e imperialista dos corpos-objetos encontra ainda mais força com o advento da modernidade e de seu projeto iluminista de avanço em direção ao "conhecimento científico", saindo das trevas da ignorância. Assim, o colonialismo empreendeu o genocídio dos povos originários ameríndios e a escravização dos povos africanos. Salientemos que tais feitos se deram a partir da leitura e diagnóstico de quais corpos eram humanos e quais eram não-humanos (CARVALHO, 2020). A brutalização dos corpos considerados não-humanos é característica basilar da modernidade e indispensável a qualquer reflexão sobre o corpo no tempo presente.

Como quase tudo nas ciências sociais, esse caminho tem seu alicerce nos pensamentos iniciados em um período histórico anterior. Nas sociedades pré-modernas, o corpo já era objeto de dominação a partir de sua relação com a dor, ou seja, a partir da dor que poderia ser infligida ao corpo visando sua dominação. Com a modernidade e a disciplinarização, a punição sobre os corpos cai em desuso para emergir corpos docilizados, fabricados, disciplinados para a produção industrial (HAN, 2021). As ciências – tidas como frutos da modernidade – terão como interesse a produção de corpos obedientes e perfeitos para a máquina industrial. É nesse horizonte que as ciências da modernidade se debruçaram sobre a conceituação do corpo e suas potencialidades. Entendendo-o como natural, biológico, cultural, simbólico e individual, mas, sobretudo, amplo, variado e único, compreende-se o corpo como objeto onde se inscreve o ser humano (ALVES, 2018). Toma-se, então, o corpo como um objeto transdisciplinar por excelência, local de entrecruzamento obrigatório para múltiplos saberes disciplinares, um objeto multifacetado e marcado pela complexidade (ÁVILA, 2012). Analisando o corpo pela perspectiva diaspórica de onde surge a epistemologia do movimento decolonial, López (2015) situa o corpo num âmbito social marcado por conflitos. Isso porque ele é um símbolo explorado nas relações de poder para classificar e hierarquizar diferenças entre grupos. Essa relação entre corpo e poder é permeada pela destituição de direitos e até da própria "humanidade" de corpos diferentes. Sobre essas relações de poder, temos em Foucault um ancoradouro desta tecelagem.

O controle da sociedade sobre os indivíduos não é feito apenas por meio da consciência ou da ideologia, mas também no corpo e com o corpo. Para a sociedade capitalista, a biopolítica é o que mais importa, o biológico, o somático, o físico. (FOUCAULT, 1994, p. 210).

Um outro importante aspecto desse imenso arcabouço epistemológico sobre o corpo está o corpo-território. Miranda (2020) considera o corpo-território como uma vivência construída a partir de experiências corporais, tangenciando outras corporalidades e promovendo expansões de concepções de mundo. Para o autor, o corpo-território é todo aquele que permeia a existência de cada corpo. Encontramos similaridades entre a noção de corpo-território e o corporar, proposto por Heidegger, que parte da ideia de corpo como um fenômeno, um modo de ser possível já sempre articulado ao espaço e ao tempo existenciais. Partindo de uma compreensão fenomenológica, Barreto, Melo e Silva (2016) encontram o corpo através de suas múltiplas experiências e não como uma imagem/substância. Os autores apontam para a ideia heideggeriana do corpo enquanto vetor de realização, isto é, como manifestação do ser-corpo historicamente constituída. Tomamos, então, o pensamento de Heidegger como indicativo para o encaminhamento desta tese que tem como horizonte a desconstrução da compreensão dos corpos como imagem e mera organicidade naturalizada, ao que fazemos, assim, esforços para a des-substancialização do corpo na ação de compreendê-lo enquanto fenômeno. Assim, pensar nas relações de poder a partir do corpo é compreender que o ideal imperialista continua envidando esforços para controlar-nos. Refletindo sobre essas experiências corporais, Le Breton (2010, p.11) convida-nos a “torná-lo não um lugar da exclusão, mas o da inclusão, que não seja mais o que interrompe, distinguindo o indivíduo e separando-o dos outros, mas o conector que o une aos outros”.

**Corpos (in) capazes, (in) visíveis?:** A Organização Mundial de Saúde (OMS) aponta que há mais de um bilhão de pessoas com algum tipo de deficiência no mundo (OMS, 2012). No Brasil, segundo o último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE, 2010), esse número é de 45 milhões de pessoas, o equivalente a 23,9% da população brasileira. Com esse cenário, os dados nos impulsionam a pensar a nossa maior minoria, como afirma Santos (2008). Nesse caminho, Gesser *et al.* (2019) apontam a necessidade de novos estudos fundamentados na complexidade da vivência de pessoas com deficiência para subsidiarem a construção de políticas sociais de inclusão e diversidade humana. Para conhecer a rota trilhada por essa “insurgência”, é imperativo conhecer de que população estamos falando. No Brasil, o dispositivo legal que conceitua as pessoas com deficiência é o Decreto Federal nº6.949/2009. De acordo com o documento, as pessoas com deficiência são

[...] aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2009).

Tomando a noção proposta pela legislação brasileira e fazendo valer o preconizado pela Declaração Universal dos Direitos Humanos de que: “todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos”, entendemos que as diversas e múltiplas barreiras sociais que se erguem nas vivências das pessoas com alguma deficiência precisam ser abolidas, como estimula os documentos de ordem mundial (BRASIL, 2015). Dessa forma, dispositivos legais brasileiros e internacionais apontam como prioridade a construção de políticas públicas que fomentem a inclusão desta população, não apenas como princípio, mas como ação prática, cotidiana (GESSER *et al.*, 2019). Adentrando nas questões sociais e acadêmicas, Nuernberg (2019) encontra nos estudos de gênero, os trabalhos de caráter científico para ampliar e compreender as experiências da deficiência, principalmente, para além do modelo das ciências da saúde. Nessa direção, Clímaco (2018, p. 147) aponta “a deficiência como termo que falta a interseccionalidade gênero, raça e classe”. À princípio, tal afirmação pode gerar estranheza e espanto. Mas afinal, qual a relação

entre deficiência e estudos sobre gênero? Para compreender essa íntima relação precisaremos retomar um pouco as primícias dos movimentos sociais. É fato que os estudos sobre gênero e deficiência se constituem em áreas distintas de pesquisa e teorização, com objetos e âmbitos delimitados. Entretanto, Magnabosco e Souza (2019) relatam uma aproximação entre os estudos destes campos com a contribuição de pesquisadoras feministas, como Jeanny Morris (1993) e Margaret Lloyd (1992). Questionando essa separação, as autoras sugerem um novo olhar para a compreensão das deficiências, (*apud* MAGNABOSCO e SOUZA, 2019), e tal debate resultou nos estudos feministas sobre as deficiências (*feminist disability studies*). Recebendo o nome de *disability studies*, estudos sobre/da deficiência, no cenário euro-americano, este campo fundamenta-se como resposta a intensa movimentação social que tem início da década de 1960, buscando igualdade e direitos civis (GAVÉRIO, 2017). Nessa interlocução, novas teorias e estudos buscam compreender a experiência da deficiência em seu sentido mais amplo. Na órbita destas discussões, Mello (2016) pôde indicar que os estudos sobre a deficiência contribuíram para o surgimento da teoria *crip* que, por sua vez, foi originada pelos impactos sociais causados pela teoria *queer* em um diálogo com os *disability studies*. Ou seja, enquanto a teoria *queer* sinaliza que a heteronormatividade funciona como elemento norteador da sociedade contemporânea, a teoria *crip* postula a corponormatividade como ideia basilar da nossa estrutura social. Sendo assim, as teorias *queer* e *crip* se aproximam no questionamento da hegemonia, de gênero e de corpo (MELLO, 2016). Dessa maneira, enquanto a teoria *queer*, de maneira estrutural e prática, critica o binômio homem/mulher, a teoria *crip* desbanca a dicotomia normal/anormal. A contribuição dos estudos *crip* reforça, segundo Nuernberg (2019), a noção identitária do corpo, o que contribui na construção do sujeito em um universo plural e heterogêneo.

Sobre essa aproximação, Clímaco (2018) ressalta uma certa timidez na interrelação entre as teorias *queer* e *crip*. A autora sugere que esse distanciamento se dá pela visão, ainda marcante, do modelo médico da deficiência. Isso porque, segundo a autora, há um discurso dominante de separação rígida, em dois pólos: “normal” e “anormal”, o que atribui aos corpos sem deficiência um poder hegemônico negado aos corpos com deficiência. Tal opinião é compartilhada por Butler (2008). Em diálogo com Sunaura Taylor sobre corpos possuidores de alguma deficiência e aproximações com as reflexões *queer* – muitas vezes entendidas como do universo da sexualidade – das questões dos corpos lidos como “anormais”, Butler (2008) afirma que o que pode um corpo fazer é uma interpelação que nos afasta de idealizações (corpo-perfeito) e se direciona a pensar os corpos como capacidades, instrumentalidades e ações corporificadas singularmente.

Eu acho que gênero e deficiência convergem em muitas diferentes maneiras. Mas uma coisa que eu acho que os dois movimentos fazem é nos levar a repensar: o que o corpo pode fazer? (BUTLER; TAYLOR, 2008, s/p, tradução nossa)

Ou seja, assim como não é o corpo anatômico que determina a essência do ser feminino, e sim a construção social sobre tais corpos, a deficiência não tem nada de natural ou essencial. “A deficiência é uma construção sobre corpos, baseada no antagonismo binário [moderno e colonizador] da normalidade x anormalidade” (CLÍMACO, 2018, 153). Tal perspectiva insere-se no pensamento foucaultiano que atribui ao corpo um lugar privilegiado na estruturação de formas de poder moderno. Para o autor, a deficiência enquanto componente social é elemento constituidor das relações de poder, o que promove uma relação entre o biológico e o político (FOUCAULT, 1994). Os *disability studies* propõem um rompimento com o modelo biomédico da deficiência e o binômio normal/anormal, ao que constróem as suas reflexões atravessadas pela perspectiva social, que desloca a experiência do corpo biológico. Dessa maneira, a estrutura social interpõe dificuldades de participação de forma equânime, que considere as singularidades de todos os indivíduos (GESSER *et al.*, 2019). Mello e Mozzi (2019) sugerem que a interseccionalidade nas discussões sobre deficiência considera outros marcadores sociais, como gênero, etnia e classe. Essa leitura

possibilita a compreensão das dinâmicas de opressão e desigualdades, assim como da produção de diferença. Assim, é fundamental o entendimento de que as variações corporais e/ou sensoriais influenciam na elaboração das subjetividades, nos modos de vivenciar e experimentar as deficiências (MELLO; MOZZI, 2019). Questionando as implicações da relação entre os diversos marcadores sociais de exclusão, Ávila (2014) sugere a inclusão do capacitismo como parte da matriz das teorias feministas, decoloniais e *queer*. Santos, Moreira e Gomes (2020) explicam que o capacitismo é o conjunto de práticas preconceituosas, que fomentam a hierarquização entre os corpos, normatizando como eles devem agir e funcionar orientados pelo componente fisiológico. Mello e Mozzi (2019) destacam que mulheres, pessoas negras e indígenas são vítimas do capacitismo quando são questionados pelo ideal de branquitude e de dominação do sexo biológico. Entretanto, no topo da hierarquia da exclusão figuram os corpos com alguma deficiência, as principais pessoas oprimidas pelo ideal capacitista. Marafon e Piluso (2020) sugerem que a sociedade não é adaptada à diversidade dos corpos, o que impacta na estruturação social. Para eles, na sociedade capitalista o corpo deve ser perfeito e produtivo e há patologização e medicalização dos corpos de “diferentes”.

**Deficiência, Direitos e Inclusão: o que temos com isso?:** Um efeito do estabelecimento disciplinar do corpo normal da modernidade é a hierarquização sobre os corpos vistos como anormais, imperfeitos, defeituosos. Clímaco (2018) afirma que as pessoas com deficiência são marcadas pela outridade, pessoas incompletas, não completamente humanas visto suas necessidades de cuidado, proteção e tutela. Garghetti, Medeiros e Nuernberg (2013) destacam que “os diferentes” sempre foram colocados à margem das sociedades. Como Clímaco (2018, p.147) assevera, “por mais que o corpo esteja no centro de muitas discussões atuais, esse corpo não parece ser um corpo com deficiência”. A partir dessa ideia, de que corpos deficientes não parecem ser corpos, origina-se o capacitismo, uma das principais violações dos Direitos das Pessoas com Deficiência. Tomamos a liberdade de classificar o capacitismo dessa maneira, uma vez que o compreendemos como caminho oposto a equidade, o princípio básico da inclusão social. De maneira prática, o capacitismo compreende o mundo de forma igualitária, sem considerar as especificidades de cada pessoa. Propomos, então, uma visão equânime da sociedade, que considere as complexidades de ser e existir de todas as pessoas. Pensando sobre isso, encontramos no Estatuto da Pessoa com Deficiência essa lacuna. O documento, basilar para as políticas de inclusão, é fundamentado em cima da proposta igualitária. Isso porque no Brasil o processo social da inclusão se constitui a partir da fundamentação de que a sociedade não se ajusta à diversidade de seus membros. A deficiência, então, passa da pessoa para a estrutura social. Esse modelo social se opõe à opressão das pessoas e considera a desigualdade como um problema moral da sociedade, deslocando a deficiência para o contexto social (MAGNABOSCO; SOUZA, 2019).

Nesse sentido, quebrar essa estrutura hegemônica parece ser tarefa impossível. O domínio do olhar colonial deixa um legado de pouca visibilidade e teorização da deficiência. Atravessados pelo saber médico e biológico, os estudos sobre a deficiência, para além de uma perspectiva de reabilitação, ainda são escassos. Mesmo com as proximidades com as teorias feministas, que constroem sua base no pressuposto da desnaturalização do corpos e da dimensão identitária deste mesmo corpo, as ciências sociais pouco têm dado visibilidade a corpos deficientes (CLÍMACO, 2018). Em sua análise antropológica da deficiência enquanto categoria social, Lopes (2019) destaca que ela comumente tem a característica êmica, vinda de dentro do grupo social. Além disso, o autor destaca que a aproximação entre os estudos sobre a deficiência e a teoria *queer* se dá através da retórica da identidade. Para o autor, a categoria deficiência não é algo pertencente ao campo biomédico, mas um espaço de engajamento no qual é possível um sentimento de pertencimento. Sendo assim, deficiência articula-se em orgulho e identidade. A partir dos debates em todo o mundo sobre o modelo social da deficiência, questiona-se o olhar colonial que categoriza arbitrariamente corpos. Sobre isso, Lopes (2019) aponta que é possível destacar o modelo social como

um emaranhado composto de linguagem que agrega e organiza movimentos sociais, elabora política e também alinha interpretações sociológicas da deficiência. Ginsburg e Rapp (2013, p.55) afirmam que “nenhuma categoria social está imune a experiência da deficiência”. Portanto, o olhar colonial é uma limitação das potencialidades do corpo e da existência. Pensar a lógica decolonial para as deficiências é atravessar a materialidade dos corpos. Sobre o tema, Butler (2015) pondera que a visão colonial transforma a materialidade dos corpos no processo de materialização da norma social do corpo. Isso faz com que nosso contexto cultural projete determinados corpos, categorizados como “normais”, “capazes”, “perfeitos” ou desviantes, disfuncionais. Ao lançar um olhar decolonial sobre as deficiências libertamos singularidades e promovemos garantia de direitos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A modernidade e seu pensamento de base imperialista empenhou grandes esforços para entender, controlar, disciplinar e colonizar os corpos, dividindo-os em normais-anormais, perfeitos-deficientes. Quando se fala de pessoas com deficiência, os estudos nas ciências sociais, em geral, ainda são alicerçados na lógica colonial de compreensão da deficiência enquanto categoria social, classificando qualquer corpo “desviante” como deficiente. Ao categorizarmos corpos a partir da lógica colonial e hegemônica produzimos preconceito, discriminação e aprisionamentos de singularidades. Compreender a dimensão existencial de indivíduos considerando sua corporeidade e sua relação com o corpo, simbólico e orgânico, é contribuir para a construção de um ambiente “inclusivo”, que faça mais que promover acesso mínimo ao cotidiano. Promover debates que se fundamentem na desconstrução do pensamento colonial é instrumento libertário para a população que sofre com os estigmas do preconceito e do capacitismo. Na verdade, acreditar na superação do ideal de corpo-objeto e corpo-mercadoria é a premissa de trabalhos que realmente promovam a inclusão. Não como acolhimento a minorias, mas com respeito e equidade. Só há inclusão a partir da lógica da equidade, do respeito às diferenças. Assim, acreditamos na deficiência não como corpos que lhe faltam, mas como mais uma manifestação da diversidade e da diferença do ser humano. No contexto pandêmico da Covid-19, a Rede Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Rede-In divulgou nota requisitando que se cumpra as leis que defendem os direitos das pessoas com deficiência e evidenciando que “reconheçam o igual valor da vida humana, sem nenhuma forma de discriminação, e a imprescindibilidade de atendimento das necessidades específicas dessas pessoas com equidade” (REDE-IN, 2020, s/p). Todavia, até que se cumpram estas determinações no cotidiano, é imperioso que continuemos colocando em questão compreensões hegemônicas dos corpos, sedimentadas em nosso horizonte histórico e legitimadoras das opressões aos modos de ser do existente.

## AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, R.J.L. Uma História Sociocultural da Anorexia na Adolescência a partir de Blogs Pró-Ana de 2006-2014 o IMC da Questão: Doença ou Estilo de vida?. Dissertação (História das Ciências e da Saúde). Casa de Oswaldo Cruz - Fiocruz. Rio de Janeiro, p.168. 2018.
- ÁVILA, L. A. O Corpo, a subjetividade e a psicossomática. Tempo Psicanalítico, Rio de Janeiro, v.44 (1), p-51-69, 2012.
- BRITO, M. J. A.; CORDÁS, T. A.; FERREIRA, L. M. Transtorno Dismórfico Corporal: A mente que mente. São Paulo: Hogrefe, 2018.

- BUTLER, J. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Trad. de Renato Aguiar. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- BUTLER, J; TAYLOR, S. IN.: TAYLOR, A. Examined Life. 88 minutos. 2008.
- CARVALHO, B. R. B. Por uma psicologia não-fascista para um mundo catastrófico: a experiência de profissionais de psicologia face a lgbtfobia. 178 f. Tese (Doutorado). Doutorado em Psicologia Clínica, Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica, Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2020.
- CASADORE, M. M.; PERES, R.S.: A Interface mente-corpo em Sa'ndor Ferenczi: Perspectiva histórica dos primórdios da psicossomática psicanalítica. *Ágora*, Rio de Janeiro, v.20, n.3, p-656-665, 2017.
- CLÍMACO, J.C. Corpo, feminismo e deficiência. IN: NIGRO, C.M.C, CHATAGNIER, J.C., LARANJA, M.R.R. (Org.) *Corpos que (se) importam refletindo questões de gênero na literatura e em outros saberes*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2018.
- COSTA, M. L. F.; FERREIRA, R. W.G; Não há neurose sem corpo: Um estudo sobre o lugar do corpo na histeria e na neurose obsessiva. *Ágora*; Rio de Janeiro; v. 22, n.2;p.254-261, 2019.
- FREGONESI, C.E.P.T.; ÁVILA, L.A.; Terapia Morfoanalítica nos Transtornos de Sintomas Somáticos. *Psic. Ciência e Profissão*. v.39, p.1-15, 2019.
- FREUD, S. O Ego e o Id "autobiografia" e outros textos (1923-1925). São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- GARGHETTI, F.C., MEDEIROS, J.G., NUERNBERG, A.H. Breve história da deficiência intelectual. *Revista Eletrônica de Investigación y Docencia (REID)*, v.10, p.101-116, 2013.
- GINSBURG, F., RAPP, R. Disability Worlds. *Annual Review of Anthropology*, n. 42, pp. 53-68, 2013.
- HAN, B-C. A sociedade paliativa: a dor hoje. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2021.
- JAGGAR, A.M.; BORDO, S.R.; *Gênero, Corpo e Conhecimento*. Rio de Janeiro; Record; Rosa dos Tempos, 1997.
- LOPES, P. Deficiência como categoria analítica: trânsito entre ser, estar e se tornar. *Anuário Antropológico*, v. 44, n.1, p.67-91, 2019.
- MAGNABOSCO, M.B., SOUZA, L.L. Aproximações possíveis entre os estudos das deficiências e as teorias feministas e de gênero. *Revista Estudos Feministas*, v.27, n.2, p.1-11, 2019.
- MELLO, A.G. Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. *Ciência & Saúde Coletiva*, 21(10), p.3265-3276, 2016.
- REDE-IN. Rede Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. *TODAS AS PESSOAS IMPORTAM – Nota às autoridades públicas sobre o risco de exclusão no atendimento a pessoas com deficiência, na pandemia de Covid-19*. 2020.
- SALES, J. L.; HERZOG, R.; O Estatuto de Corpo na Obra de Freud pós-1920. *Psic.: Teor. e Pesq.*; Brasília, v.35, 2019.
- SANTOS, W.R. Pessoas com deficiência: nossa maior minoria. *Temas Livre. Physis*, 18 (3), 2008.
- SILVA, E.F.G.; MELO, J. B.; BARRETO, C. Apontamentos sobre leituras do corpo na ciência moderna e no pensamento de Martin Heidegger. *Ekstasis: Revista de Hermenêutica e Fenomenologia*, [S.l.], v. 5, n. 2, p. 136-151, 2017.
- SILVEIRA, F.A.; FURLAN, R.; *Corpo e Alma em Foucault: Postulados para uma Metodologia da Psicologia*. *Psicol. USP*, São Paulo, v. 14, n. 3, pág. 171-194, 2003.

\*\*\*\*\*